

Relatório de Participação no Rightscon 2025 – Taipei

Rodolfo da Silva Avelino

24 a 27 de fevereiro

Visão Geral do evento

O RightsCon 2025 é uma das principais conferências globais dedicadas aos direitos humanos no ambiente digital, consolidando-se como um espaço plural e diversificado. Organizado pela Access Now, a edição deste ano aconteceu em Taipei e reuniu representantes de diversos setores, como governos, sociedade civil, empresas de tecnologia, acadêmicos, jornalistas e ativistas. A programação incluiu painéis, workshops, sessões interativas e encontros paralelos, abordando temas críticos como privacidade, liberdade de expressão, governança da internet, segurança digital, inteligência artificial e inclusão no acesso à tecnologia. O formato híbrido (presencial e virtual) permitiu uma participação ampla e global, reforçando o compromisso do evento com a diversidade e a representatividade.

Além de promover debates de alto nível, o RightsCon 2025 destacou-se como um espaço de networking e troca de experiências, fomentando colaborações globais para enfrentar desafios na interseção entre tecnologia e sociedade. O evento alternou entre sessões presenciais e virtuais, garantindo a inclusão de participantes de diferentes regiões e consolidando-se como um marco anual para profissionais e ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos no contexto digital.

Side-event on AI and Children da Unicef

Ao lado de Fabio Senne, Coordenador de Pesquisas TIC do Nic.br, no dia 26 participei do Side-event on AI and Children, uma reunião exclusiva para convidados organizada pela UNICEF. O encontro reuniu especialistas para discutir questões-chave relacionadas ao impacto da inteligência artificial (IA) nas crianças, com foco em como incluí-las nas orientações atualizadas para formuladores de políticas e empresas, além de identificar oportunidades de

advocacy e impacto para alavancar mudanças positivas. A discussão foi enriquecedora e irá contribuir para a atualização das diretrizes da UNICEF, que buscam refletir a evolução tecnológica e o cenário político da IA, bem como apoiar esforços emergentes e fortalecer a governança responsável da IA com ênfase nos direitos das crianças.

Durante a reunião, Fabio Senne fez uma intervenção relevante, destacando os novos desafios que a IA tem apresentado nos últimos dois anos e como essas mudanças pressionaram a revisão do trabalho da UNICEF, originalmente iniciado em 2019. Sua contribuição foi fundamental para contextualizar a urgência de atualizar as diretrizes, considerando o ritmo acelerado das inovações tecnológicas e seus impactos sobre as crianças. Ao final do encontro, alguns pontos foram destacados no Radar da UNICEF, como o Código da IA da Fundação 5 VIRTHS para crianças e a Conferência sobre Direitos da Criança e Ambiente Digital - Foco na Inteligência Artificial, programada para 10-11 de março na Geórgia. Essa participação reforçou a importância de alinhar esforços globais para garantir que os direitos das crianças sejam priorizados no desenvolvimento e na governança da IA.

Dia 24

O primeiro dia do RightsCon 2025 foi marcado por um clima semelhante ao "Dia Zero" do Fórum da Internet no Brasil (FIB), com diversos encontros e reuniões informais entre ativistas, pesquisadores e representantes de organizações nos espaços do centro de convenções. Aproveitei a oportunidade para me conectar com brasileiros que apresentariam trabalhos ao longo da semana, trocando ideias sobre os temas que seriam discutidos e os desafios comuns que enfrentamos no cenário digital. Além disso, tive a chance de conversar com representantes de organizações como o Projeto Tor e a EFF (Electronic Frontier Foundation), atualizando-me sobre seus projetos e iniciativas recentes. Foram excelentes conversas e proporcionaram uma visão ampla das tendências e prioridades no campo da tecnologia e dos direitos humanos para os próximos anos.

Nas conversas paralelas, os desafios relacionados aos marcos legais da inteligência artificial (IA) e das plataformas digitais estiveram sempre presentes, refletindo a preocupação global com a regulamentação e os impactos dessas tecnologias na sociedade. Contudo, poucos momentos as conversas saíram do campo legal e iam para discussões mais técnicas, o que destacou a necessidade de equilibrar debates políticos e estratégicos com abordagens mais profundas sobre aspectos técnicos. Essas interações iniciais não apenas ampliaram minha compreensão dos temas em pauta, mas também reforçaram a importância de espaços como o RightsCon para fomentar colaborações e trocas de conhecimento entre diferentes atores.

No final do dia, acompanhei a mesa oficial de abertura do RightsCon 2025, momento que de fato marcou o início oficial do evento.

Dia 25

No dia 25, comecei o dia assistindo à sessão "*From paint to deepfakes: intimate-image abuse harming women and gender-diverse people in Latin America*", que contou com a participação de Nina da Hora, Julie Ricard (FGV) e Ivette Yanez (Data-Pop Alliance). A discussão focou nas táticas de abuso de imagens íntimas digitais direcionadas a mulheres e pessoas de gêneros diversos, especialmente no contexto de eleições no México, Brasil e Argentina. As panelistas destacaram como esses ataques online, que fazem parte de uma violência de gênero digital histórica, foram intensificados pelo uso de inteligência artificial generativa, como deepfakes. Além disso, exploraram como campanhas de difamação, que incluem práticas como *body-shaming* e *trolling*, têm como objetivo silenciar vozes importantes, minar a participação política e prejudicar a confiança nas instituições democráticas.

Na sequência, acompanhei a sessão "Digital Health Governance Forum: inputs on the open health issue", com a participação de Sadhana Sanjay (Lead of Research and Policy Engagement, IT for Change), Marina Fernandes e Camila Leite do IDEC. A discussão centrou-se na integração de sistemas de informação em saúde por

meio do compartilhamento de dados, destacando sua relevância nos debates sobre saúde digital. Foi ressaltado que a integração pode melhorar significativamente a gestão e o acesso à saúde, uma vez que o tratamento de dados isolados pode levar a inferências insuficientes sobre o estado de saúde de um usuário e do setor como um todo. Contudo, as painelistas também alertaram para os riscos associados ao compartilhamento de dados, como abusos e discriminação, especialmente quando os dados são utilizados para fins não relacionados à saúde ou que não atendem ao interesse público.

Os principais riscos discutidos incluíram a exploração econômica dos dados, o aumento da vigilância e a discriminação no setor de saúde. A sessão destacou a necessidade de um marco regulatório robusto e transparente para garantir que o compartilhamento de dados em saúde seja feito de forma ética e segura, priorizando a proteção dos direitos dos usuários e o interesse público.

Dia 26

A sessão "Safe digital futures: designing for thriving children's mental health", abordou a necessidade urgente de proteger e promover a saúde mental e a segurança de crianças e adolescentes no mundo digital atual. O objetivo central da sessão foi mudar o foco da discussão tradicional sobre os prós e contras da tecnologia para uma visão mais ampla e proativa: o que desejamos para as infâncias das bilhões de crianças que crescem em um mundo cada vez mais digitalizado. As discussões exploraram as últimas pesquisas sobre como a interação digital impacta a saúde mental dos jovens, destacando tanto os riscos quanto as oportunidades que a tecnologia oferece para o desenvolvimento infantil.

Logo após a reunião com a UNICEF, já descrita anteriormente, acompanhei a sessão "Derecho a no ser objeto de decisiones automatizadas: desafíos y regulaciones en el sector judicial". A discussão centrou-se no impacto da inteligência artificial (IA) no setor judicial, com foco especial no uso da IA para a redação de sentenças e a automação de decisões, levantando preocupações

sobre possíveis violações dos direitos humanos. A sessão discutiu casos específicos do México, Peru e Colômbia, explorando as implicações éticas e jurídicas do uso da IA na elaboração e fundamentação de sentenças. Um dos principais temas foi o direito a não ser sujeito a decisões automatizadas, destacando os riscos de reprodução de estereótipos discriminatórios e a violação da privacidade e proteção de dados pessoais.

Dia 27

Upholding rights in the digital age: Unpacking the best interests of the child principle, foi a sessão em que o Fabio Senne do Cetic esteve presente. A sessão abordou a implementação do Princípio dos Melhores Interesses da Criança, presente na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, e sua aplicação nas regulamentações digitais, como o Código de Design Adequado à Idade (Reino Unido e Califórnia) e o Ato de Serviços Digitais da União Europeia. A sessão discutiu as obrigações dos Estados e das empresas digitais em relação ao Princípio, destacando as consultas da UNICEF com crianças em diversas partes do mundo, especialmente no Sul Global, para coletar dados sobre suas perspectivas. A sessão compartilhou as abordagens preliminares das consultas e discutiu como aplicá-las em diferentes jurisdições, buscando feedback sobre recomendações iniciais e sugestões globais para garantir os melhores interesses das crianças no ambiente digital.